

ANÁLISE DO CONTEÚDO DE GINÁSTICA NOS CURRÍCULOS ESTADUAIS BRASILEIROS

Amarilis Oliveira Carvalho¹
Suraya Cristina Darido²
Fernanda Moreto Impolcetto³

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar o enfoque dado à ginástica nos currículos estaduais do segundo ciclo do Ensino Fundamental, além de compreender alguns indicadores relacionados à sua presença, organização, conteúdos mais indicados e o tratamento desses conteúdos nos documentos analisados. Utilizou-se como método a análise documental dos currículos de 16 Estados brasileiros. Os dados obtidos apontam a presença da ginástica em todos os documentos, com uma organização bastante diversificada entre eles, os conteúdos mais indicados relacionam-se à ginástica na perspectiva da saúde e para a competição, com tratamento privilegiado dos conteúdos na dimensão procedimental. Conclui-se que os currículos estaduais apontam para uma perspectiva de ampliação dos conteúdos e dos olhares sobre a ginástica, ao mesmo tempo que evidenciam dificuldades relacionadas ao tratamento desse conteúdo no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação Física escolar. Currículo. Ginástica.

ANALYSIS OF CONTENT GYMNASTICS IN CURRICULUM BRAZILIAN STATE

Abstract: *The objective of this research was to analyze the focus given to the gymnastics in the state curriculum of the second cycle of Basic Education, and to understanding some indicators related to their presence, organization, content and most appropriate treatment of these contents in the analyzed documents. Were used as a method to document analysis of curriculum of 16 Brazilian states. The results indicate the presence of gymnastics in all documents, with a very diverse organization between them, the most indicated contents are gymnastics from a health perspective and for the competition, with special treatment of the contents on procedural dimension. It is concluded that state curriculum point to the prospect of expanding the contents and the looks on the gymnastics, while evidence difficulties related to the treatment of this content in the school context.*

Keywords: *Physical Education. Curriculum. Gymnastics.*

¹ Professora titular de Ensino Fundamental II e Médio da Prefeitura Municipal de São Paulo, Brasil.

² Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela USP, São Paulo – SP. Livre docente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Campus de Rio Claro – SP. Assistente Doutora do Departamento de Educação Física da UNESP, Campus de Rio Claro – SP; Universidade Estadual Paulista, Brasil.

³ Professora Assistente Doutora do Departamento de Educação Física da UNESP, Campus de Rio Claro – SP; Universidade Estadual Paulista, Brasil.

INTRODUÇÃO

A Educação Física no Brasil tem uma longa história relacionada com a produção cultural da sociedade. Possui uma tradição e um conhecimento ligado ao jogo, ao esporte, à luta, à dança, à ginástica, às práticas circenses, às práticas corporais alternativas, às atividades físicas de aventura e os exercícios físicos. Esses podem ser considerados os conteúdos da Educação Física na escola.

Forquin (1993) afirma que o conteúdo que se transmite na educação é sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos e, essa produção, pode ser perfeitamente denominada de cultura. Em consonância com o autor podemos dizer que todo esse patrimônio construído ao longo do tempo pela Educação Física pode-se denominar de cultura corporal, cultura corporal de movimento ou cultura de movimento, como vem sendo utilizado por diferentes autores e linhas pedagógicas da Educação Física. Por questão de afinidade e facilidade linguística empregar-se-á nesse texto o termo cultura corporal.

Por se tratar de um conjunto de saberes diversificado e riquíssimo, existe uma enorme importância na transmissão dos conhecimentos da cultura corporal nas aulas de Educação Física escolar. Esses conhecimentos são indispensáveis para que o aluno tenha uma compreensão da realidade em que está inserido, que possibilite uma ação consciente e segura no mundo imediato e que, além disso, promova a ampliação de seu universo cultural. Dito com outras palavras, espera-se que os conhecimentos adquiridos na escola, na disciplina de Educação Física, tornem as pessoas capazes de compreenderem o papel que devem ter nas mudanças de seus contextos imediatos e da sociedade em geral, bem como ajudá-las a obter conhecimentos necessários para que isso ocorra (MOREIRA, CANDAU, 2008).

É possível verificar inúmeras dificuldades na implementação de propostas renovadoras na prática concreta da disciplina de Educação Física escolar, o que inclui problemas no trato dos conteúdos da cultura corporal de modo geral e em específico da ginástica, embora esse conteúdo tenha sido privilegiado ao longo da história da disciplina na escola (SOARES, 1996). Os obstáculos perpassam questões como: as condições dos espaços físicos e a falta de materiais adequados, (SCHIAVON; NISTA-PICCOLO, 2007), deficiências na formação inicial do profissional, carência de literatura e pouca importância dada ao conteúdo pelos diferentes atores escolares (NUNOMURA; TSUKAMOTO, 2009).

Do mesmo modo Ayoub (2003), aponta que o conteúdo da ginástica tem sido desprestigiado no Ensino Fundamental, apesar das transformações ocorridas na área da Educação Física escolar a partir da década de 1980. Na verdade, o que ocorre é que o esporte ainda exerce grande influência e a aula de Educação Física tornou-se, em muitos casos, sinônimo de “jogar bola”. No caso da ginástica quando ela é tratada, ou aparece exclusivamente na perspectiva esportivista, (ginástica artística e rítmica) ou enquanto sob a concepção da saúde, por meio de atividades de aquecimento e/ou relaxamento no início ou final da aula (DARIDO, 2003).

Na Educação Física, muitos professores, ainda influenciados pela concepção esportivista, continuam restringindo as suas aulas aos esportes mais tradicionais, como, por exemplo, basquetebol, voleibol e futebol. Não bastasse este fato, é muito comum que estes conteúdos esportivos sejam transmitidos superficialmente, apenas na ótica do "saber fazer", o que acaba limitando a perspectiva do que se ensina/aprende, do conhecimento produzido pela humanidade sobre a cultura corporal.

É preciso destacar que toda Educação do tipo escolar, realiza uma seleção no interior da cultura e uma re-elaboração dos conteúdos da cultura a serem transmitidos às novas gerações. Assim, a Educação de modo geral e a Educação Física de modo particular, não transmitem jamais a cultura, elas transmitem, no máximo, algo da cultura, elementos de cultura, que podem provir de fontes diversas, ser de épocas diferentes (FORQUIN, 1993). Isso quer dizer que nem todo o conhecimento produzido pela cultura corporal (sobre jogos, esportes, danças, ginásticas, lutas etc.) pode e deve ser ensinado na escola. Na verdade, deve haver uma seleção no interior da cultura.

A questão que se coloca nesse trabalho é a seguinte: a ginástica está presente nos diversos currículos dos Estados brasileiros? Se a resposta é afirmativa quais são os conteúdos privilegiados? O que se julga relevante transmitir às novas gerações?

Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/BRASIL, 1996), das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs/BRASIL, 1998) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs/BRASIL, 1997) houve uma indicação explícita dos órgãos públicos sobre a necessidade dos Estados brasileiros apresentarem suas propostas educacionais, conforme assevera Sampaio (2010).

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar o enfoque dado à ginástica nos currículos estaduais do segundo ciclo do Ensino Fundamental. Como objetivo específico,

buscou-se compreender alguns indicadores relacionados à: sua presença, organização, conteúdos mais indicados e o tratamento desses conteúdos nos documentos analisados.

Convém esclarecer que os documentos analisados possuem denominações diversas como: "Proposta Curricular" (utilizada por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina) "Referencial Curricular" (utilizado pelo Rio Grande do Sul e Sergipe) ou "Diretriz Curricular" (utilizado no Paraná), entre outros, títulos que sugerem propostas no sentido de orientar os professores de Educação Física nas diferentes fases de planejamento e implementação das aulas dessa disciplina na escola.

Para Kramer (2001), por exemplo, não existe diferença conceitual entre currículo e proposta curricular. Ambos os termos relacionam tanto às bases teóricas quanto diretrizes práticas, além de aspectos técnicos que viabilizam sua concretização no contexto escolar. Nesse sentido, tais documentos serão denominados como currículos nesse trabalho, apenas com a finalidade de padronizar a nomenclatura dos mesmos.

MÉTODO

Para atingir o objetivo dessa pesquisa, realizou-se uma análise documental dos currículos de 16 Estados brasileiros, justamente os quais se obteve acesso. Deste total, 15 documentos foram encontrados *on line* (AC, AL, DF, ES, GO, MA, MG, MT, PE, PR, RJ, RO, RS, SP e SE) e apenas de um Estado (MS) utilizou-se o material impresso.

Sampaio (2010), em estudo apoiado pelo Ministério da Educação, buscou identificar tendências, regularidades e singularidades nos diferentes currículos estaduais e também não obteve os documentos de todos os Estados brasileiros. Dos 26 Estados da união a autora contou com 21 currículos, sendo que eles foram enviados diretamente à pesquisadora. É importante frisar que o trabalho de Sampaio contou com o apoio oficial do governo federal.

Segundo Bardin (2009), a análise documental possibilita representar o conteúdo de um documento de uma forma diferente da original, a fim de facilitar a sua consulta (BARDIN, 2009). A autora indica algumas etapas para o trabalho de análise documental, que são: a organização da análise, a codificação dos dados e a categorização dos elementos constitutivos do documento.

Na organização da análise, constam as etapas de: pré-análise (escolha dos documentos, formulação das hipóteses e objetivos); exploração do material; tratamento dos resultados brutos obtidos e interpretação (BARDIN, 2009). Nessa etapa buscou-se reunir a maior parte dos

currículos estaduais aos quais se obteve acesso e foi feita uma leitura inicial dos mesmos, a fim de verificar se a ginástica era contemplada em todos eles e quais elementos eram comuns ao tratamento desse conteúdo nos diversos currículos.

A etapa de codificação do material, refere-se ao processo de transformação dos dados brutos para uma organização em unidades que permitam uma descrição das características exatas de cada conteúdo (BARDIN, 2009). Para cumpri-la, realizou-se uma leitura mais aprofundada dos documentos e a codificação dos dados observando-se a organização proposta para a ginástica, os conteúdos mais indicados e o tratamento desses conteúdos nos diversos currículos estaduais.

Por fim, a categorização é a classificação final dos elementos a partir de suas características comuns, de modo a organizar os dados obtidos e facilitar a análise (BARDIN, 2009). Nessa última fase, os dados foram classificados nas categorias que são apresentadas nos resultados, para interpretação e análise.

RESULTADOS

A presença da ginástica nos currículos estaduais

Em relação à presença da ginástica nos currículos estaduais, constatou-se que ela aparece como conteúdo da Educação Física escolar em todos os documentos analisados. Assim, como observa Sampaio (2010), nesse item específico, verificou-se mais semelhanças entre os currículos estaduais do que diferenças.

Segundo Soares *et al* (1992), a presença da ginástica na Educação Física se faz legítima na medida em que permite ao aluno a interpretação subjetiva das atividades ginásticas, por meio de um espaço amplo de liberdade para vivenciar as próprias ações corporais.

A análise pormenorizada dos currículos estaduais indicou, no entanto, que não há uma homogeneidade na utilização dos termos empregados na designação da ginástica. Em alguns documentos encontrou-se conteúdos da ginástica relacionados aos objetivos, como blocos de conteúdos, eixos temáticos, além de outros.

Os resultados mostram, como em Sampaio (2010), uma ambiguidade no uso dos termos, conforme quadro descrito abaixo:

Estados	Como o conteúdo é apresentado
ES, GO, MA, MG, PE, PR, RJ, RS, SE, MT, SP*	GINÁSTICA
AC	Capacidades
AL	Educação Física
DF	Linguagens – Letramento e Diversidade
ES	Corpo-linguagem/Corpo-expressão
MS	Conhecimento sobre o corpo
RJ	Atividade de percepção corporal
RO	Movimento e saúde/Práticas sociais. Atividades rítmicas expressivas/Estética das linguagens. O movimento nas manifestações lúdicas e esportivas/Estética das linguagens.
SP	Esporte

Quadro 1: Como o conteúdo da ginástica é apresentado nos currículos estaduais.

Em alguns currículos os temas da ginástica estão atrelados a outros conteúdos da cultura corporal, como no Estado de MS que indica: “A ginástica artística, natural, rítmica, localizada e outras”, como objetivo do conteúdo “Conhecimento sobre o corpo”. Outras vezes, divididos em várias partes, como no Estado de RO que apresenta os eixos: “Movimento e saúde”; “Atividades Rítmicas Expressivas” e “O Movimento nas Manifestações Lúdicas e Esportivas”.

Os PCNs (BRASIL, 1997) organizam os conteúdos da Educação Física escolar em três blocos: Esportes, jogos, lutas e ginásticas; Atividades rítmicas e expressivas; Conhecimentos sobre o corpo. De acordo com o documento, esses blocos conversam entre si mas têm garantidas as suas características e especificidades. Os resultados obtidos nesse estudo apontam que a classificação utilizada nos PCNs foi adotada parcialmente pelos diferentes currículos estaduais.

Quando analisou as concepções gerais de todos os currículos, Sampaio (2010) teve posição diferente, entendendo que a fundamentação da maioria dos documentos está em concordância com as indicações legais e com as perspectivas teóricas presentes nas orientações oficiais, principalmente na Lei de Diretrizes e Bases (LDB/BRASIL, 1996) e PCNs (BRASIL, 1997).

A diferença observada entre o presente estudo e o de Sampaio (2010) pode ser decorrência das inúmeras críticas que os PCNs receberam internamente na Educação Física (DARIDO et al., 2001), que fez com que vários currículos não adotassem a classificação de conteúdos proposta por esse documento. Essa diversidade terminológica aponta a necessidade de uma maior reflexão e estudos sobre aquilo que realmente se ensina na Educação Física escolar, que são os seus conteúdos.

A questão da organização dos conteúdos da ginástica

A ginástica na escola tem sofrido um reducionismo dos seus conteúdos, como aponta Almeida (2005). Por meio de uma pesquisa realizada na rede pública da Bahia, a autora constatou que a ginástica não está mais presente nesse contexto enquanto conhecimento alicerçado em uma consistente base teórica, mas sim como uma modalidade esportiva para poucos ou então uma série de práticas diluídas em atividades diferentes para a preparação esportiva.

Nesse sentido, observou-se nos currículos analisados que poucas informações são detalhadas, além de não apresentarem uma organização similar dos conhecimentos sobre a ginástica para os diferentes anos ou ciclos do Ensino Fundamental II.

No quadro 2, apresenta-se em quais anos escolares os temas da ginástica são contemplados em cada currículo:

Estado	Em qual ano
AL, MG, MT, MS	6º ao 9º ano
AC	6º/7º (ciclo)
DF, ES	6º
GO, RJ, RS	6º/7º e 8º/9º (ciclos)
PE, PR, SE	6º/7º/8º/9º
SP	6º/7º/8º
MA	6º e 7º/8º/9º
MT	Não apresenta

Quadro 2: Em quais anos escolares a ginástica está presente nos currículos estaduais.

Entre os Estados que propuseram uma organização por ano escolar, 4 deles (AL, MG, MT e MS) apresentaram os mesmos conteúdos da ginástica para todo o ciclo do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano; os Estados de PE, PR e SE apresentaram conteúdos diferentes para cada ano 6º/7º/8º/9º.

Os Estados de GO, RJ e RS apontam o mesmo conteúdo da ginástica para cada ciclo de dois anos 6º/7º e 8º/9º; o Estado do AC também, porém, só trata da ginástica no ciclo de 6º/7º anos.

O Estado do ES e o Distrito Federal apresentam conteúdos da ginástica somente no 6º ano; o Estado do MA um conteúdo diferenciado para o 6º ano enquanto para 7º/8º/9º anos são iguais, e por último o Estado de SP que não apresenta conteúdos da ginástica no 9º ano.

Constata-se, em concordância com González (2006) e Darido *et al.* (2010), que pouco se tem discutido na área sobre princípios e propostas de sistematização para a Educação Física escolar. Por exemplo, em estudo realizado por Impolcetto *et al.* (2006), foi identificado que grande parte dos professores do Ensino Superior não consegue apontar uma possível sistematização dos conteúdos para o Ensino Fundamental, inclusive da ginástica e quando o fazem se reportam exclusivamente à perspectiva procedimental, ou seja, às práticas que podem ser desenvolvidas em cada ano considerando-se o princípio do aumento da complexidade do "saber fazer".

Classificação da ginástica nos currículos estaduais

Num primeiro momento, realizou-se um levantamento dos conteúdos relacionados à ginástica, contidos nos diversos currículos estaduais, num único quadro. O que permite a visualização de aspectos qualitativos e quantitativos dos mesmos, como pode ser observado no quadro 3:

	AC	AL	DF	ES	GO	MA	MG	MT	MS	PE	PR	RJ	RO	RS	SE	SP	Total
Ginástica rítmica	-	X	-	X	X	X	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	9
Ginástica artística	-	X	-	X	X	-	-	-	X	-	X	-	-	-	X	X	7
Aspectos históricos	-	-	-	X	X	-	X	-	-	X	X	-	-	-	-	X	6
Qualidade de vida	-	-	-	X	X	X	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-	6
Ginástica aeróbica	-	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	X	-	X	X	5
Habilidades motoras /Capacidades físicas	-	X	X	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-	X	-	-	5
Ginástica acrobática	-	-	-	X	X	X	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	5
Ginástica localizada	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-	X	X	4
Modismos	-	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-	4
Ginástica circense	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-	3
Ginástica alternativa	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	3
Ginástica geral/ Demonstração	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	3
Alimentação	-	-	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	2

Quadro 3: Síntese dos temas referentes à ginástica nos currículos estaduais.

Entretanto, devido a diversidade de temas, optou-se pela definição de categorias de análise para esses conteúdos. Com base em Gallardo (2008) e outros autores como Souza (1997) e Venâncio e Carreiro (2005), utilizou-se neste estudo uma classificação da ginástica em três categorias, a saber: ginástica para competição, ginástica para a saúde e ginástica geral/demonstração.

O quadro 4 apresenta os resultados da utilização desta classificação da ginástica para os temas encontrados nos currículos estaduais:

Estado	Ginástica para competição	Ginástica para saúde	Ginástica geral/demonstração
AC	----	----	----
AL	X	----	----
DF	----	----	----
ES	X	X	----
GO	X	X	----
MA	X	X	X
MG	----	X	----
MT	----	----	----
MS	X	X	----
PE	X	X	----
PR	X	X	X
RJ	----	X	----
RO	----	X	----
RS	X	X	----
SE	X	X	----
SP	X	X	X
TOTAL	10 estados	12 estados	5 estados

Quadro 4: Classificação da ginástica nos currículos estaduais.

Os resultados referentes aos aspectos históricos (6 Estados), as habilidades motoras e capacidades físicas (5 Estados), alimentação (2 Estados) e modismos (4 Estados) não foram classificados no quadro 4, primeiro por acreditar-se que são assuntos que perpassam todas as práticas corporais, e segundo por não haver um tratamento pedagógico mais detalhado nos currículos que permitisse apreender detalhes sobre tais conteúdos.

A categoria denominada como ginástica para saúde, reúne as práticas que têm por objetivo promover a saúde e a qualidade de vida, como por exemplo: a ginástica de condicionamento físico, a ginástica laboral, a ginástica terapêutica e as práticas corporais alternativas. Essa foi a categoria mais encontrada nos documentos, indicada por 12 estados.

O maior número de indicações relaciona-se às práticas com a finalidade de condicionamento físico, 2 Estados apontam a ginástica aeróbica (MA, PE), 1 Estado (MS) indica apenas a localizada e 3 Estados (RO, SE, SP) sugerem as duas.

De acordo como Betti e Zuliane (2002), os currículos precisam apresentar uma organização da ginástica de condicionamento físico que auxilie o professor a orientar o aluno na identificação e análise dos programas que são oferecidos em lugares como clubes e academias, além da possibilidade desse tipo de ginástica em parques e praças, o que democratizaria o seu acesso.

Nesse sentido, entende-se que este tipo de manifestação da ginástica além de ser o mais indicado nos currículos estaduais é também o mais acessível à população, de modo geral, pois as cidades costumam oferecer ambientes gratuitos para a sua prática, como indicam os autores. Daí decorre a importância do seu tratamento no Ensino Médio, para que os alunos adquiram condições mínimas de gerenciar seu próprio programa de exercício físico para uma boa qualidade de vida.

Em relação às práticas corporais alternativas, foram citadas em 3 Estados (MA, PR e RJ), sem que houvesse uma conceituação de seus métodos e princípios pedagógicos.

Segundo Lorenzetto e Matthiesen (2008), diversos estudos e métodos legitimam as práticas corporais alternativas como uma possibilidade de educação corporal, oferecendo assim, possibilidades para ampliar o conhecimento da cultura corporal, por meio de práticas, como por exemplo, bioenergética, ginástica harmônica, eutonia, holística, médica, entre outras. Apesar dessa diversidade de práticas, esse tipo de ginástica foi muito pouco indicado nos currículos estaduais.

Apesar de algumas dessas práticas ginásticas estarem em alta nas academias e clubes do país, como a yoga e o pilates, percebe-se que em relação aos currículos estaduais sua inclusão não acontece com a mesma frequência de outras práticas, consideradas mais tradicionais na sociedade brasileira, como a ginástica de condicionamento físico e de competição, por exemplo. É provável que a falta de tradição na nossa sociedade seja um dos fatores que influencie a presença reduzida desse conteúdo nos currículos estaduais do Ensino Médio.

A ginástica laboral foi indicada como conteúdo em apenas um Estado (RO). Esse tipo de ginástica compreende um conjunto de práticas coletivas elaboradas a partir da atividade

profissional exercida durante o expediente, que visa compensar as estruturas mais utilizadas no trabalho e ativar as que não são requeridas, relaxando-as e/ou tonificando-as (LIMA, 2004).

Os exercícios são basicamente compostos por alongamento e relaxamento, em momentos de pausa. Os movimentos são planejados de acordo com as funções praticadas por cada profissional.

A ginástica laboral deveria ser um tema das aulas de Educação Física escolar? Parece que os autores dos currículos estaduais não entendem tal prática como relevante. É importante ressaltar que conforme Sampaio (2010), a maioria dos currículos estaduais foi elaborado com o auxílio de professores da rede pública de ensino e contou com a consultoria de professores de diferentes universidades brasileiras.

Mostra-se preocupante a ausência da ginástica laboral da escola, primeiro, porque muitos alunos irão trabalhar em empresas e poderão ter (ou não) a disposição essas práticas corporais. Nesse sentido, seria importante terem tido a possibilidade de discutir na escola, por um lado, a questão do aumento da produtividade no trabalho e o interesse dos empregadores, por outro, a possibilidade de melhorias no próprio bem-estar pessoal, a partir de pausas no trabalho.

A ginástica terapêutica é utilizada quando se pretende recuperar o corpo de doenças congênitas ou causadas por acidentes, seu objetivo é a melhora da condição física, mas é empregada, sobretudo para a reabilitação. Um dos exemplos de ginástica terapêutica é o método Pilates, sua prática engloba exercícios que buscam o equilíbrio do sistema muscular e melhora da postura.

Não foram identificadas nos currículos estaduais práticas relacionadas a este grupo. É curioso que estas questões ainda não se façam presentes na escola, já que existe uma demanda em crescimento de pessoas buscando práticas como Pilates, por exemplo.

A categoria denominada como ginástica de competição, inclui as práticas destinadas ao desenvolvimento das ginásticas esportivas. Utilizou-se como referencial as ginásticas regidas pela Federação Internacional de Ginástica (FIG), para a composição dessa categoria, são elas: artística, rítmica, acrobática, aeróbica esportiva e trampolins.

Encontrou-se a citação de três tipos de ginásticas de competição nos currículos estaduais: a ginástica rítmica em 9 Estados (AL, GO, MA, MS, PR, SE e SP), a ginástica artística em 7 Estados (AL, ES, GO, MA, MS, PE, PR, SE e SP), a ginástica acrobática em 5 Estados (ES, GO,

MA, PE e RS) e 5 Estados (AC, DF, MG, MT, RJ e RO) não citaram qualquer tipo de ginástica competitiva.

A ginástica rítmica é a modalidade que utiliza a manipulação dos aparelhos: corda, arco, bola, fita e maçãs. Apesar de pouco divulgada na mídia, foi a mais indicada nos currículos, talvez pelo fato das escolas contarem com alguns desses tipos de materiais.

A ginástica artística é uma modalidade praticada em grandes aparelhos: solo, mesa para salto, paralelas simétricas, trave, paralelas assimétricas, cavalo com alças, argolas e barra fixa. Apareceu como o segundo tipo de ginástica de competição mais sugerido nos currículos estaduais.

Observa-se uma proximidade de seus conteúdos com o desenvolvimento dos aspectos procedimentais. No currículo do Estado do Paraná, por exemplo, aparece “Aprender e vivenciar os movimentos básicos da ginástica (ex: saltos, rolamentos, parada de mãos e rodas)”, no Estado do Maranhão, “Fundamentos da ginástica artística, rítmica e acrobática”, e no Distrito Federal, “Atividades ginásticas: Equilíbrio geral – um pé, dois pés, de forma dinâmica e estática”.

Percebe-se assim, um contexto da ginástica artística alicerçada no “saber fazer”, não havendo uma preocupação com as dimensões conceituais e atitudinais.

Conforme Venâncio e Carreiro (2005), a ginástica como um conteúdo histórico das práticas corporais, não pode ter como referência somente as vivências, ao contrário, suas práticas devem ser contextualizadas, ressignificadas e transformadas na escola.

A ginástica acrobática, modalidade que tem como base as acrobacias e equilíbrios acrobáticos como as pirâmides humanas, foi indicada nos currículos de 5 estados (ES, GO, MA, PE e RS). Dado que aponta para uma ampliação da ginástica no contexto escolar, considerando-se a complexidade que envolve a manipulação dos implementos acrobáticos e a realização dos equilíbrios em grupos.

Dentre as categorias que compõe a ginástica competitiva, não foram citadas nos currículos estaduais a ginástica aeróbica e a ginástica de trampolim, que são evidentemente menos conhecidas do que a artística e rítmica.

Por fim, a categoria de ginástica para demonstração, refere-se às práticas sem caráter competitivo, que utilizam os fundamentos de todas as outras categorias de ginásticas. Seus objetivos são voltados para o lazer e não para competições esportivas.

Esse tipo de ginástica foi identificado em documentos de 3 Estados (MA, PR e SP), mas em nenhum deles encontrou-se um detalhamento de como essa modalidade deve ser trabalhada ou desenvolvida na escola. Para exemplificar, observa-se no documento de GO, apenas a citação dos conteúdos que devem ser abordados, dentre eles a ginástica geral: “Tipos de ginástica: natural, rítmica, acrobática, artística, geral, circense e outras”.

Ayoub (2003) apresenta como visão da ginástica geral práticas que promovem a integração entre os elementos primordiais da ginástica e as diversas manifestações gímnicas construídas historicamente pela humanidade.

Causa certo estranhamento o baixo número de citações da ginástica de demonstração/geral, já que esse tema vem sendo discutido no país, desde a década de 1980, por exemplo, “Ginástica Geral e Educação Física Escolar”, Ayoub (2003); “Ginástica Geral: experiências e reflexões”, Paoliello *et al.* (2008); “Ginástica para Todos”, Santos (2009); como tema de dissertações e teses: “Ginástica Geral na escola: uma proposta pedagógica desenvolvida na rede estadual de ensino”, Bertolini (2005); “Formação Humana e Ginástica Geral na Educação Física”, Gutierrez (2008); além das produções oriundas do “Fórum Internacional de Ginástica Geral”, realizado desde 2001 na cidade de Campinas e mesmo como linha de pesquisa de Programas de Pós-Graduação.

A falta de indicação da ginástica de demonstração/geral reforça o contexto histórico da Educação Física em que ainda persistem as referências pautadas na perspectiva da saúde e do esporte de rendimento, enquanto a ginástica demonstrativa busca uma aproximação com o discurso da inclusão e do lúdico, tanto que atualmente é conhecida também como ginástica para todos.

As dimensões dos conteúdos da ginástica nos currículos estaduais

Entende-se que a Educação Física escolar é um espaço de vivência da cultura corporal e com isso exige um tratamento de seus conteúdos, entre eles a ginástica, a partir das dimensões conceitual, como sugerem Zabala (1998) e os PCNs (BRASIL, 1997).

Embora não estivessem explícitas nos currículos estaduais as três dimensões dos conteúdos, com esses termos especificamente foi possível identificar se os documentos tratavam a ginástica, na perspectiva do “fazer”, do “saber” ou do “ser”. As dimensões foram identificadas, a partir dos conteúdos da ginástica propostos para a disciplina. A análise pautou-se nos seguintes

critérios: as práticas e vivências relacionadas à ginástica são conteúdos procedimentais; os fatos e conceitos relativos à mesma contemplam a dimensão conceitual; as atitudes e valores sugeridos para serem desenvolvidos por meio da ginástica relacionam-se à dimensão atitudinal. No sentido de exemplificar, destacamos a proposta do currículo de GO que para o 6º ano indica como "expectativa de aprendizagem" do conteúdo ginástica:

- "Identificar, vivenciar e compreender:
- diferentes tipos de ginásticas: natural, rítmica desportiva, acrobática, artística, circense, geral, dentre outras
 - atividades que utilizem os aparelhos da ginástica: arco, bola, corda, maça, fitas, etc.
 - brincadeiras e atividades rítmicas com e sem música
 - origem, as transformações históricas das ginásticas que foram introduzidas no Brasil e suas manifestações atuais nas academias, praças públicas, no lazer, nas competições olímpicas
 - princípios éticos, tais como: respeito, disciplina, autonomia, solidariedade, amizade, cooperação, honestidade" (GOIÁS, 2009, p. 116).

Uma análise desse conteúdo a partir das três dimensões, permite classificar os conteúdos conceituais como os relacionados à identificação e compreensão dos diferentes tipos de ginástica, a origem e as transformações históricas das ginásticas no Brasil e suas manifestações atuais em nossa sociedade. Os conteúdos procedimentais relacionam-se a vivência os diferentes tipos de ginásticas, as atividades com os aparelhos da ginástica rítmica e as brincadeiras e atividades rítmicas com e sem música. Já a dimensão procedimental fica por conta dos princípios éticos que serão tratados por meio dos conhecimentos adquiridos e das vivências indicadas.

O quadro 5 apresenta o resultado da identificação dessas dimensões nos currículos examinados:

Estado	Dimensão conceitual	Dimensão procedimental	Dimensão atitudinal
AC	----	X	----
AL	----	X	----
DF	----	X	----
ES	X	X	----
GO	X	X	X
MA	----	X	----
MG	X	X	----
MT	----	----	----
MS	----	X	----
PE	X	X	----
PR	X	X	----
RJ	X	X	X
RO	X	X	----
RS	X	X	----
SE	----	X	----
SP	X	X	----
	9	15	2

Quadro 5: As dimensões dos conteúdos da ginástica nas propostas curriculares.

Apenas o Estado do MT não foi indicado no quadro e na análise deste trabalho, pois existe apenas a indicação da ginástica no currículo, sem qualquer detalhamento de conteúdo a ser desenvolvido.

Os resultados apontam que a dimensão procedimental ainda é a mais recorrente no desenvolvimento dos conteúdos da ginástica na Educação Física escolar, aparecendo na totalidade dos currículos analisados. A dimensão conceitual apareceu em segundo lugar, sugerida nos documentos de 9 Estados (ES, GO, MG, PE, PR, RJ, RO, RS e SP) e por último a dimensão atitudinal, identificada em apenas dois currículos (GO e RJ).

Os resultados desta pesquisa corroboram com os obtidos por Almeida (2010). A autora ressalta que os valores e as atitudes são pouco detalhados nos currículos, mas os procedimentos são expostos de modo pormenorizado, explicitando as habilidades, sustentando a direção de formação das competências.

Os PCNs (BRASIL, 1997) apontam que os conteúdos são os meios pelos quais o aluno se apropria da cultura corporal, relacionando seus conhecimentos com a realidade, ressignificando suas práticas e promovendo uma transformação de seus saberes.

Darido (2003) evidenciou a falta de tradição da Educação Física no encaminhamento dos conteúdos numa dimensão conceitual e atitudinal e a na predominância do procedimental ao observar as aulas de professores do Ensino Fundamental e Médio. No seu estudo ficou evidente a dificuldade dos professores no tratamento equilibrado das dimensões dos conteúdos.

Barros (2006), indicou que apesar da predominância dos conteúdos procedimentais nas aulas de Educação Física, muitos estudos na área têm apresentado a necessidade de inclusão dos conteúdos conceituais para que o papel pedagógico da Educação Física contribua para a Educação numa perspectiva integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental dos currículos estaduais brasileiros apontou a presença da ginástica em todos eles, evidenciando a sua importância para a Educação Física escolar e a tradição da ginástica como conteúdo curricular da disciplina desde meados do século de 1920. Apesar do

longo período de hegemonia do esporte, especialmente entre as décadas de 1960 a 1980, a ginástica manteve sua legitimidade como conteúdo da Educação Física.

Em termos da organização da ginástica ao longo do segundo ciclo do Ensino Fundamental, verificou-se uma grande diversidade entre os documentos, pois enquanto alguns apontam os mesmos conteúdos para todo o ciclo, outros detalham os temas a serem desenvolvidos em cada ano. Esse resultado aponta para a necessidade de pesquisas e propostas na área sobre a organização curricular dos conteúdos dessa disciplina.

Quanto aos conteúdos da ginástica presentes nos currículos estaduais, os dados apontam uma ênfase maior nas ginásticas voltadas para a saúde e de competição e menor para a ginástica terapêutica. Fato que se justifica considerando-se mais uma vez a própria história da Educação Física no Brasil e no mundo. Nesse sentido, esforços devem ser envidados para que outras possibilidades sejam acrescidas, no caso específico da ginástica, poderia haver um aumento da presença da ginástica demonstrativa/geral.

Os documentos oficiais servem como indicadores da prática docente e apontam para uma Educação Física ainda muito baseada no “saber fazer”, fato que surpreende considerando-se os anos de discussão e reflexão sobre o papel da desta disciplina na escola.

De acordo com Almeida (2005), presenciamos a ginástica perdendo espaço na escola, mas, ao mesmo tempo, sendo exaltada nos meios de comunicação de massa, o que aponta para contradição que se vive, que transforma os elementos da cultura corporal em algo para ser assistido e consumido e não para ser, construído, transformado e criticado.

Os dados desta pesquisa corroboram com uma das considerações realizadas por Sampaio (2010). A autora afirma que parece mais simples avançar nas concepções do que quebrar a tradição de listagens de conteúdos organizadas sob a lógica das disciplinas. Desse modo, parece haver um descompasso entre as declarações gerais e seu detalhamento nas orientações pedagógicas.

Quando se considera a produção bibliográfica específica da Educação Física verifica-se que poucos trabalhos se dedicaram a estudar ou apontar uma possível seleção e organização dos conteúdos escolares no interior da cultura. Antunes e Dantas (2010), indicam que na área da Educação Física escolar observa-se uma falta de propostas de organização curricular claramente definidas e testadas. Souza Junior e Darido (2009) por outro lado, apontam que a falta de

sistematização é uma reclamação constante dos professores e normalmente entendida como motivadora para a desvalorização da disciplina de Educação Física no interior da escola.

A análise dos currículos estaduais auxilia no diagnóstico do que tem sido proposto para a Educação Física escolar, apontando tanto para as ampliações verificadas em relação aos conteúdos, no caso desta pesquisa a ginástica, quanto para a necessidade da realização de novos estudos e propostas que ajudem os professores do desenvolvimento de sua prática pedagógica.

Diante disso, entende-se que o desafio imposto no sentido de ressignificar o ensino da ginástica na escola passa por diversas esferas relacionadas ao processo de seleção, organização, ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares. Os dados verificados na análise dos currículos estaduais reforçam as dificuldades da área no sentido de apontar novos caminhos para a Educação Física na escola como componente curricular, e em particular da ginástica na perspectiva da cultura corporal.

Uma das medidas a serem tomadas nesse sentido, poderia ser a revisão dos currículos estaduais para que os conteúdos tanto da ginástica, quanto de outros elementos da cultura corporal, fossem incluídos. Mas isso não basta, é preciso ainda, investir na formação inicial e continuada de professores, para que possam utilizar os materiais curriculares de forma proveitosa para o ensino e a aprendizagem dos alunos, ou seja, uma série de atitudes articuladas em prol da ampliação do ensino da ginástica e de outros conteúdos da Educação Física escolar.

REFERÊNCIAS

ACRE (Estado). Secretaria da Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental. Caderno 1 – Educação Física*. Rio Branco, 2010.

ALAGOAS (2010). Secretaria da Educação. *Referencial Curricular da Educação Básica: Ensino Fundamental para as Escolas Públicas de Alagoas*. Alagoas, 2010.

ALMEIDA, R. S. *A ginástica na escola e na formação de professores*. 2005 213f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2005.

AYOUB, E. *A Ginástica Geral e Educação Física Escolar*. Campinas: UNICAMP, 2003.

ANTUNES, F. H. C.; DANTAS, L. Sistematização do conhecimento declarativo em educação física escolar de 5^a a 6^a séries do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, v.24, n.2, p. 205-21, 2010.

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70, 2009.
- BERTOLINI, C. M. *Ginástica geral na escola: uma proposta pedagógica desenvolvida na rede estadual de ensino*. 2005. Dissertação. 142 f. (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- BETTI, M; ZULIANI, L. R. Educação Física escolar: uma proposta de Diretrizes Curriculares. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*. v.I, n.1, p. 73-81, 2002.
- BARROS, A. M. de. *Práticas Pedagógicas em Educação Física e o tratamento da Dimensão Conceitual dos Conteúdos*. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-841, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*, Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*, Brasília: MEC, 1998.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 11ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- DARIDO, S. C. Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades. *Perspectivas em Educação Física escolar*. Niterói, v.2, n.1 (suplemento), p.05-25, 2001.
- _____. *Educação Física na escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- _____.; IMPOLCETTO, F. M.; BARROSSO, A. L. R.; RODRIGUES, H. A. Livro didático na Educação Física escolar: considerações iniciais. *Motriz*. Rio Claro, v. 16, n.2, p. 450-457, abr/jun, 2010.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria da Educação. *Currículo: Educação Básica: Ensino Fundamental – Séries Anos Finais*. Brasília, 2010.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria da Educação. *Currículo: Educação Básica. Ensino Fundamental – Série Anos Finais*. Espírito Santo, 2010.
- FORQUIN, J. C. *Currículo e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GALLARDO, J. S. P. A Educação Física escolar e a ginástica geral com sentido pedagógico. In: PAOLIELLO, E. (org.) *Ginástica geral: experiências e reflexões*. São Paulo: Phorte, Capítulo 3, p. 79-96, 2008.

GÓIAS (Estado). Secretaria do Estado da Educação. *Reorientação Curricular do 1º ao 9º ano: currículo em debate. Matrizes Curriculares*. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2009.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Sistema de classificação dos esportes. In: REZER, Ricardo (org.) *O fenômeno esportivo: ensaios crítico-reflexivos*. Chapecó-SC: Argos, 2006.

GUTIERREZ, L. A. L. *Formação humana e ginástica geral na Educação Física*. 2008. Tese. 174 f. (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

IMPOLCETTO, F. M. et al.. Educação Física no Ensino Fundamental e Médio: a sistematização dos conteúdos na perspectiva de docentes universitários. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 6, p. 89-109, 2007.

LIMA, D. G. *Ginástica Laboral: Metodologia de Implantação de Programas com abordagem Ergonômica*, Jundiaí- SP, Ed. Fontoura, 2004.

LORENZETTO, L. A.; MATTHIESEN, S. Q. *Práticas corporais alternativas*. 1ªed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2008.

MARANHÃO (Estado). Secretaria da Educação. *Referencial Curricular: Educação Física – 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental*. Maranhão, 2009.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria da Educação. *Orientações Curriculares para Educação Básica do Estado de Mato Grosso*. Mato Grosso, 2009.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS – Ensino Fundamental*, 2007.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Curricular CBC de Educação Física*. Belo Horizonte, 2009.

MOREIRA, A. F. A.; CANDAU, V. M. *Currículo, conhecimento e cultura*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação, Brasília, 2008.

NUNOMURA, M.; TSUKAMOTO, M. H. *Fundamentos das ginásticas*. 1ª ed. Jundiaí/SP: Fontoura, 2009.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Educação Física*. Paraná: Governo do Estado do Paraná, 2008.

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria da Educação. *Orientações Teórico-Metodológicas: Ensino Fundamental. Educação Física*. Pernambuco, 2008.

PAOLIELLO, E. et al. (Orgs.). *Ginástica Geral: experiências e reflexões*. 1. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2008.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Curricular: um novo formato. Educação Física. Rio de Janeiro: Governo do Rio de Janeiro, 2010.*

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Lições do Rio Grande: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Artes e Educação Física. Referencial Curricular, v. 2. Porto Alegre, 2009.*

RONDÔNIA (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Referencial Curricular do Estado de Rondônia Educação Física. Porto Alegre, 1998.*

SAMPAIO, M. M. F. Propostas Curriculares de Estados e Municípios Brasileiros para o Ensino Fundamental e Médio. *Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais.* Belo Horizonte, novembro de 2010.

SANTOS, J. C. E. *Ginástica para todos: Elaboração de Coreografias e Organização de festivais.* São Paulo: Fontoura, 2009.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. *Proposta Curricular de Educação Física.* São Paulo: SEE, 2008.

SCHIAVON, L.; NISTA-PICCOLO, V. A ginástica vai à escola. *Movimento*, v.13, n.3, p.131-150, 2007.

SERGIPE (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Curricular de Educação Física.* Aracaju: Departamento de Educação Física, 2007.

SOARES, C. L., et.al. *Metodologia do ensino da Educação Física.* São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, E. P. M.. *Ginástica geral: uma área do conhecimento da Educação Física.* 1997. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação física, Unicamp, Campinas, 1997.

SOUZA JÚNIOR, O. M. ; DARIDO, S. C. Dispensas das aulas de Educação Física: apontando caminhos para minimizar os efeitos das arcaica legislação. *Pensar a Prática*, v. 12, p. 01-12, 2009.

VENÂNCIO L.; CARREIRO E. A. Ginástica. In: DARIDO, S. C. e RANGEL, I. C. A. (orgs.). *Educação Física na escola: Implicações para a prática pedagógica.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 227-243, 2005.

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar.* Porto Alegre: Artmed, 1998.

<p>Contato dos autores: amarilis.carvalho@gmail.com surayacd@rc.unesp.br femoreto@rc.unesp.br</p>	<p>Submetido em 06/10/2014 Aprovado em 10/03/2015</p>
--	--